

O desenvolvimento nos territórios de fronteira: Análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul fronteira/MS

Obedias Miranda Belarmino¹
Rosele Marques Vieira²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira, mensurados pelo PIB, renda per capita, emprego, IDHM, Coeficiente de GINI e IFDM. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa e descritiva, elaborada a partir de levantamentos de dados secundários. Os resultados mostram que de maneira geral, a região de planejamento Sul Fronteira, apresentou desempenho pouco expressivo nos seus indicadores. Os municípios com baixos índices foram: Paranhos com o menor IDHM de 0.588, seguidos de Coronel Sapucaia e Tacuru, apresentando da mesma forma, baixos índices no emprego, PIB e renda per capita. Já os municípios que registraram altos índices para o IDHM foram Ponta Porã, 0.701 e Amambaí com 0.673. Com relação ao IFDM os municípios que se destacam na classificação de moderado desenvolvimento são: Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira e Amambaí. Já os municípios de Paranhos, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia e Antônio João, apresentam valores baixos, classificando-se, com regular nível de desenvolvimento. Por fim, os indicadores socioeconômicos reforçam as disparidades econômicas e sociais presentes na região de planejamento Sul Fronteira.

Palavras-Chave: Indicadores socioeconômicos; Desenvolvimento fronteiro; Região de planejamento Sul Fronteira.

Development in border territories: Analysis of socioeconomic indicators in the planning region South border / Mato Grosso do Sul state, Brazil.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the socioeconomic indicators of the South Frontier planning region, measured by GDP, per capita income, employment, IDHM, GINI Coefficient and IFDM. For this, a quantitative and descriptive research was developed, based on secondary data surveys. The results showed that, in general, the South Frontier planning region showed little significant performance in its indicators. The municipalities with low indexes were: Paranhos with the lowest IDHM of 0.588, followed by Coronel Sapucaia and Tacuru, with similarly low indexes in employment, GDP and per capita income. The municipalities that registered high indexes for the IDHM were Ponta Porã, 0.701 and Amambaí, with 0.673. Regarding the IFDM, the municipalities that stand out in the classification of moderate development are: Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira and Amambaí. The municipalities of Paranhos, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia and Antônio João, on the other hand, present low values, ranking with a regular level of development. Finally, socioeconomic indicators reinforce the economic and social disparities present in the South Frontier planning region.

Keywords: Socioeconomic indicators; Border development; Southern Frontier planning region.

1. INTRODUÇÃO

Analisar o desenvolvimento socioeconômico de uma região é imprescindível para elucidação e mensuração da realidade vivida em um território. A literatura evidencia que os municípios localizados sobre a faixa de fronteira apresentam singularidades que os distinguem das demais regiões brasileiras. Frequentemente a temática relacionada à região de fronteira e

¹ Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Mestrando em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/ UEMS). obedias.miranda.22@hotmail.com

² Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente nos cursos de graduação em Ciências Economia, Administração Pública e no Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: roseleuems@gmail.com

seus municípios são permeadas por debates, planos e políticas de desenvolvimento, no entanto, essa região ainda permanece com pouco dinamismo econômico e social, apresentando baixo desenvolvimento. Dessa forma, analisar o desempenho dos indicadores, é importante no sentido de fornecer informações que sirvam de base para políticas que viabilizem o desenvolvimento dessas regiões.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) o estado de Mato Grosso do Sul possui 11 microrregiões, no entanto o Governo do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), definiu para fins de planejamento e gestão, nove regiões de planejamento. Esse processo de regionalização geográfica do território, de acordo com a SEMAGRO (2015) visa avançar na definição das políticas regionais comprometidas com o crescimento econômico sustentável, aliado ao desenvolvimento humano da população sul-matogrossense.

A divisão abrange nove regiões de planejamento sendo elas: Campo Grande, Grande Dourados, Bolsão, Cone Sul, Pantanal, Leste, Norte, Sudoeste e Sul Fronteira, que ao todo compreendem aos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. A região analisada no presente artigo corresponde à região Sul Fronteira composta pelos municípios que se localizam ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, a qual abrange nove municípios: Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru.

Esses municípios em sua maioria situam-se na fronteira com a República do Paraguai, carregando grande influência cultural e econômica desse País. Destaca-se a forte relação comercial e empresarial entre o município de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e Pedro Juan Caballero no outro lado da fronteira, relacionadas ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviço que se intensificam devido à fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006) a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circulam e consome (no) o território urbano conurbado, produzindo relações mútuas de troca.

A principal semelhança econômica encontra-se na identidade entre os bens econômicos produzidos, com forte dependência econômica ligada à produção rural. A soja e o milho são as culturas de maior relevância. 77% da área agrícola da região são ocupadas com agricultura e estão localizadas em Ponta Porã, Aral Moreira e Laguna Carapã (SEMAGRO, 2015). Dos estabelecimentos rurais 70% são da agricultura familiar, entretanto 95% da área cultivável são utilizadas pela agricultura não familiar (CENSO AGRO, 2017).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar os indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira, mensurados pelo Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, emprego, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Coeficiente de Gini e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho conta com mais três seções. Na primeira seção é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa a pesquisa. Na segunda são apresentados os procedimentos metodológicos. E na terceira seção consta a caracterização e a análise socioeconômica da região de planejamento sul fronteira.

2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

Com o passar do tempo a questão do desenvolvimento ganhou mais destaque nos diálogos públicos, surgindo assim a necessidade de distinção entre os conceitos de

desenvolvimento e crescimento econômico. A partir da década de 70 as críticas às teorias e políticas de desenvolvimento se intensificaram, os tradicionais indicadores econômicos PIB, Renda *per capita* começaram a ceder espaço a novas métricas cuja equação incorporava aspectos relacionados à expectativa de vida, à sustentabilidade, à saúde e à educação, até que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) assumisse um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como parâmetro de avaliação, (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

Assim as teorias contemporâneas, fundamentadas por economistas, sociólogos e pesquisadores abordam a necessidade de se medir não apenas o crescimento econômico, uma vez que o mesmo apresenta métricas voltadas apenas para renda e não são suficientemente adequadas para expressar a expansão das capacidades humanas. O surgimento de indicadores voltados para o desenvolvimento social se torna uma oportunidade para mais atenção a aspectos que não podem ser medidos apenas pela renda, porém essenciais para o bem-estar humano (SEN, 2000; SACHS, 2004; FURTADO, 1961; DOWBOR, 2017).

De acordo com Raiher (2014), até o final da segunda guerra mundial, os modelos de desenvolvimento econômico tinham como sinônimo de crescimento econômico. A simples acumulação de capital já era suficiente para assegurar condições de vida à população. Por isso, poucas considerações eram dirigidas a outros fatores, como bem-estar, a diminuição da desigualdade, da pobreza etc. A hipótese era a de que o avanço da economia gerava recursos, os quais beneficiariam o conjunto da sociedade. Ressalta-se que as primeiras tentativas de desvincular o crescimento do desenvolvimento econômico ocorreram no pós-guerra (meados do século XX), quando se efetivaram diversos projetos de reconstrução da periferia devastada da Europa (SACHS, 2004). Nesta época, os economistas embora restritos ainda à dimensão econômica, defendiam a relevância do estado de bem-estar, argumentando a necessidade de planejamento e de intervenção estatal.

Contudo, a real distinção entre esses dois conceitos (desenvolvimento e crescimento econômico) se deu na década de 1970, quando estudos ampliaram o debate sobre a importância da alimentação como necessidade básica para a realização do potencial de cada indivíduo, tendo como segunda condição, o emprego, e como terceira, a igualdade. Nesta ótica, se desvincula o desenvolvimento da abordagem puramente econômica, considerando-o como condição humana (BOISIER, 2001).

Para Furtado (1961) processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. De acordo com Erber (2011) no debate sobre as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, o autor aponta que o primeiro consiste em mais do mesmo, e o segundo, implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Lewis (1960) considera importante o crescimento para alcançar o desenvolvimento, isso porque permite uma maior liberdade de escolha de como melhor aproveitar o tempo. O autor ressalta que graças ao crescimento é possível fazer escolhas, reservando mais tempo para o lazer ou mais tempo para a produção de bens e serviços. Já para Furtado (1961), o desenvolvimento é entendido como sendo um processo de crescimento que é acompanhado de alterações estruturais na economia. O qual depende das características de cada país ou região, da sua história econômica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais existentes. Bassan (2014) segue este pensamento reforçando a ideia de que o desenvolvimento está relacionado a um processo de transformação na estrutura econômica, mas ressalta que este deve resultar em melhorias na área social.

Segundo Schumpeter (1982), crescimento é resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico. E desenvolvimento é um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com seu movimento regular e ordenado. Ou seja, o desenvolvimento está diretamente relacionado a essas alterações. Segundo o autor crescimento econômico não apresenta nada qualitativamente novo e desenvolvimento corresponde às mudanças de vida, que ocorrem por autoiniciativa.

Apesar dos conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico estarem relacionados, Sachs (2004) esclarece que pode ocorrer crescimento, sem que ocorra desenvolvimento, e desenvolvimento só ocorre após o crescimento. Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento em seu sentido pleno, é necessário que o crescimento aconteça primeiro, uma vez que o crescimento econômico atua como facilitador do desenvolvimento. Sem os recursos necessários dificilmente uma nação conseguirá se desenvolver, criando apenas polos nos quais isso ocorre, devido às potencialidades locais, mas não podendo ser generalizado para um contexto de totalidade. Para Sachs (2004, p.38) o “Desenvolvimento econômico é puramente uma variável qualitativa e o crescimento econômico uma variável quantitativa”.

Sachs (2004) coloca ainda que o desenvolvimento não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica deve ser incluída e apoiada por um crescimento com alta densidade de empregos, e voltado à consolidação e expansão do núcleo modernizador da economia nacional. No qual podemos aferir que o desenvolvimento tem relação direta com a qualidade de vida da população. Sendo assim, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de melhoria na qualidade de vida acompanhado de alterações estruturais na economia. O qual depende das características de cada país ou região, da sua história econômica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais e potencialidades existentes. Assim, o desenvolvimento econômico implica em mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico.

2.1 Desigualdades Socioeconômicas

As desigualdades socioeconômicas fazem parte de nosso dia a dia, porém poucas ações práticas que visem amenizar seus efeitos sobre a população em situação de exclusão social são percebidas. Segundo Santos (2010) podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

Sen (2001) concorda com a assertiva supracitada, porém vai além, desenvolvendo uma abordagem que complementa a ideia de acesso desproporcional aos recursos. Para o autor, são dois os mecanismos principais que explicam a gênese das desigualdades sociais: capacidades e funcionamentos. Compreendendo que capacidades são possibilidades de escolha, isto é, poderes para fazer ou deixar de fazer algo. Está relacionado com acessibilidade aos recursos. Já os funcionamentos estão relacionados com os estados e ações que uma pessoa consegue realizar vivendo de algum modo.

Myrdal (1957) foi o primeiro a perceber e ressaltar a natureza autocumulativa das desigualdades regionais como um processo dificilmente reversível em qualquer sistema econômico, face aos mecanismos de causação circular. De acordo com a conceituação de Myrdal, esta causação compreenderia dois tipos de autoindução: a) "efeitos dinâmicos" que

impulsionariam os pólos de crescimento; b) "efeitos de atraso" impelindo a autodeterioração das áreas atrasadas.

Na prática esses efeitos propiciam maior concentração e crescimento em determinados polos e atraso em outras regiões. E isso acontece de forma autocumulativa, favorecendo a crescente desigualdade nas regiões mais periféricas do país. É notável que o processo de desenvolvimento em si promova desigualdades econômicas e regionais em um país, criando economias externas favoráveis à sua continuidade.

A expansão de uma determinada região tende a produzir efeitos regressivos em outras. Entre esses efeitos estão: a migração da população mais jovem em idade apta para o trabalho, bem como de profissionais técnico mais qualificado; o movimento de capital em busca de taxas de retornos mais elevadas; e o comércio que se desloca para as áreas centrais em busca de maior contingente de demanda. Estes são, sem dúvida, os meios pelos quais o processo de acumulação de capital se desenvolve para cima nas regiões mais desenvolvidas, e para baixo nas mais pobres (MYRDAL, 1957).

O Brasil, em razão de sua formação territorial e histórica, é um país de grandes desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, étnicas, de gênero, religião etc. Essas diferenças podem também ser notadas quando comparamos os dados referentes às regiões brasileiras. A ONU (2019) classifica o Brasil entre os dez países mais desiguais do mundo, no que diz respeito às condições socioeconômicas. Ao mesmo tempo em que o país possui cidades e regiões com elevado desenvolvimento como é o caso das regiões Sul e Sudeste, é possível encontrar outras que têm índices de desenvolvimento bem menores, como Norte e Nordeste bem como a região Sul Fronteira abordada neste trabalho.

Essas desigualdades vão muito além da renda das pessoas e passam por questões de acesso a saúde, educação, saneamento básico, transporte e infraestrutura. De acordo com Ribeiro (2019) alguns fatores históricos e geográficos contribuíram para concretização dessa realidade, tais como: a) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. b) Industrialização: por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial o que impacta na qualidade de vida dessa população. c) Mão de obra e matéria-prima: O progresso do Brasil é fruto de ciclos econômicos direcionados somente para um tipo de produção, como foi no ciclo de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

A partir desses fatores, as regiões que possuem estados nas porções oeste e norte do Brasil tiveram uma ocupação e industrialização bem mais tardias. Essas características impactaram negativamente no desenvolvimento dos estados, dessa porção do país. A região de planejamento Sul fronteira se localiza no estado de Mato Grosso do Sul, e faz parte do Centro Oeste do país, e vive os reflexos do baixo desenvolvimento consequentes dessa dinâmica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

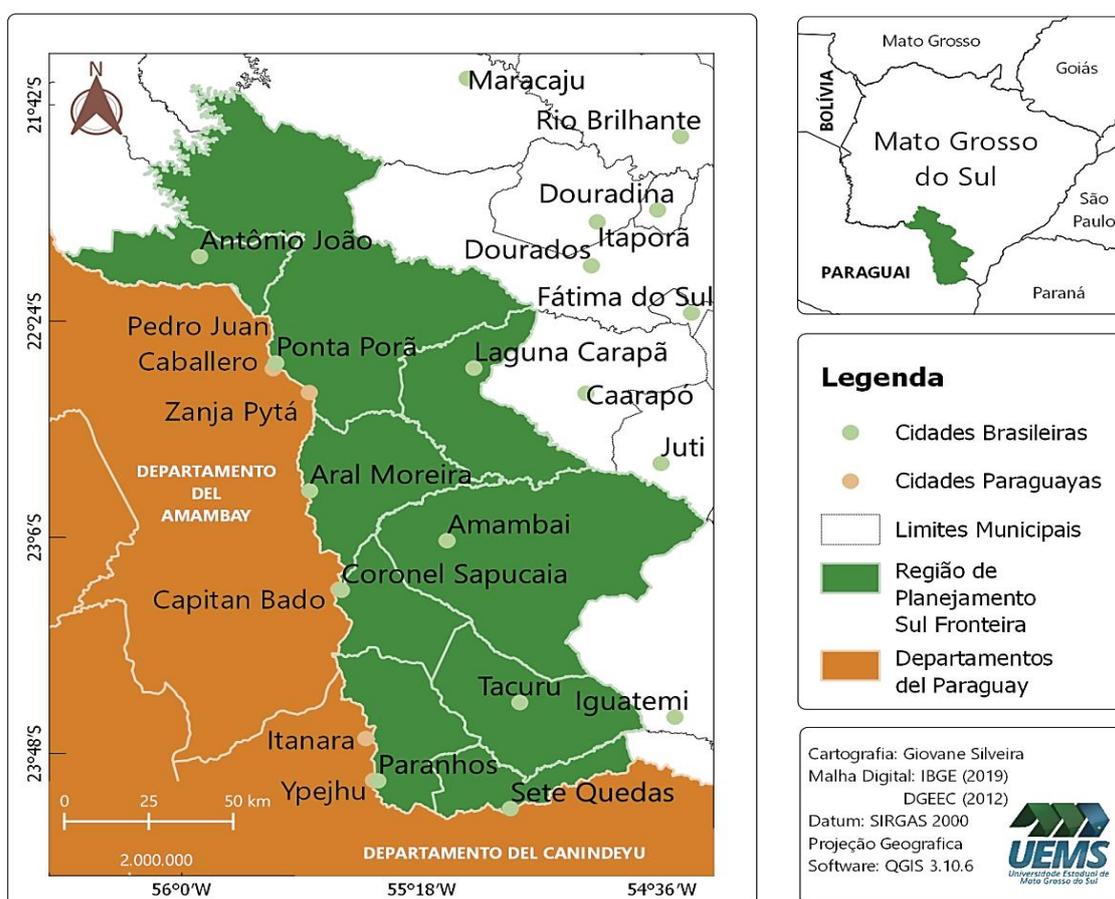
O estudo foi realizado com base no levantamento de dados, pois proporciona uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, de atitudes ou de opiniões da população (BABBIE, 1990). A pesquisa caracteriza-se como descritiva, elaborada a partir de dados secundários publicados pelos órgãos oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Os indicadores utilizados para

análise referem-se a dados, do PIB (Produto Interno Bruto), renda per capita, emprego, IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), Coeficiente de Gini e IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal).

Ao coletar os dados buscou-se selecionar os mais atuais possíveis, porém devido à indisponibilidade dos órgãos oficiais não foi possível coletar dados do mesmo ano para todos os indicadores. Os dados referentes à IDHM, renda e coeficiente de Gini são do ano de 2010, ano da última publicação. Já os dados do PIB, IFDM, são de 2016. E os dados de emprego são de 2017. Por serem advindos de órgãos diversos, cada um, mantém uma periodicidade de publicação diferente, e nem sempre possuem dados do atual ano corrente.

A população analisada refere-se à região de planejamento Sul Fronteira, a qual abrange nove municípios: Antonio João, Amambaí, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. A região faz fronteira seca com os Departamentos Del Amambay e Departamentos Del Canindeyu no Paraguai e esta localizada no estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.

Figura 1 – Mapa de Localização da região de Planejamento Sul Fronteira de Mato Grosso do Sul



Fonte: Silveira (2020).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A apresentação dos dados a seguir está dividida em dois momentos. Primeiramente é realizada a caracterização da região de planejamento Sul Fronteira. Em seguida são apresentados seus indicadores socioeconômicos sendo eles PIB, IDHM, Coeficiente de Gini e IFDM, onde os mesmos são discutidos e comparados com a média do estado de Mato Grosso do Sul.

4.1 Região de planejamento Sul Fronteira

A região de planejamento Sul Fronteira ocupa um espaço territorial de 19.020,94 km², sendo compostas por nove municípios, esses possuem em comum o fato de que boa parte deles situa-se na fronteira com a República do Paraguai, dos nove, seis fazem fronteira seca com o país vizinho, carregando assim grande influência cultural e econômica deste País. A região conta com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas com aproximadamente 4.336 famílias e 21.681 pessoas (SEMAGRO, 2015). A população total residente nesta região conforme mostra a tabela 1, é de 184.961 pessoas.

Cerca de 69,51% da população reside na área urbana e 30,49% na área rural. Estas condições contribuem para que a região tenha uma das mais baixas taxas de urbanização do estado de Mato Grosso do Sul, cuja média é de 85,64%. Apesar da grande produção agropecuária da região o percentual de população empregada nessas atividades é relativamente baixo devido à alta tecnologia utilizada na produção. Quanto à população, o município com maior representatividade é Ponta Porã, registrando 77.872 habitantes.

Tabela 1 – População região Sul Fronteira 2010

Municípios	População total	População rural	População urbana
Amambaí	34.730	12.355	22.375
Antônio João	8.208	1.380	6.828
Aral Moreira	10.251	4.894	5.357
Coronel Sapucaia	14.064	3.856	10.208
Laguna Carapã	6.491	3.754	2.737
Paranhos	12.350	6.087	6.263
Ponta Porã	77.872	15.805	62.067
Sete Quedas	10.780	1.806	8.974
Tacuru	10.215	6.448	3.767
Total	184.961	56.385	128.576

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Os trabalhos formais estão divididos entre, setor público e privado, com destaque para o comércio e a prestação de serviços que emprega grande parte da população. Conforme a tabela 2 o município com o maior salário médio mensal da região é Laguna Carapã com 2,6 a menor média salarial é verificada no município de Coronel Sapucaia 1,7 os demais municípios variam de 1,8 a 2,3. Quando comparados à população de cada município com o número de pessoal ocupado, o município com a maior população ocupada é Ponta Porã, registrado 15,2%.

Tabela 2 – Trabalho e Rendimento no ano 2017

Municípios	Salário médio mensal dos trabalhadores formais	Pessoal ocupado	População ocupada
Amambaí	2,1	5.074	13,2%
Antônio João	1,9	683	7,8%
Aral Moreira	2,2	1.152	9,8%
Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%
Laguna Carapã	2,6	1.075	15%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%

Ponta Porã	2,2	13.608	15,2%
Sete Quedas	2,3	1.083	10%
Tacuru	1,8	744	6,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017.

A principal atividade econômica do município é o comércio e serviços. Seguida de Laguna Carapã com 15%, que mesmo sendo o menor município da região, apresenta um elevado percentual de população ocupada em sua maioria em trabalhos voltados ao setor agropecuário. A segunda maior cidade é Amambaí e apresenta 13,2% da população ocupada, em sua grande maioria no setor de comércio e serviços. O município com menor população ocupada é Tacuru com 6,6% devido à baixa urbanização, pouca presença de indústrias e comércios.

A renda e sua elevada concentração; alta desigualdade, não se difere comparados aos demais municípios brasileiros, a média de concentração de renda é inferior à média no Brasil 48,93%, na tabela 3 a seguir percebe-se que o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71%, Tacuru com 46,38%. A menor concentração de renda é de Laguna Carapã 39,84% seguida de Coronel Sapucaia 40,08%. Verificou-se que quanto maior a quantidade de renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior é a porcentagem de pobres e extremamente pobres e conseqüentemente a maior desigualdade enfrentada pela população, com exceção apenas de Ponta Porã, devido suas peculiaridades locais como conurbação e o grande fluxo migratório de estudantes de medicina residentes no município que estudam na cidade vizinha Pedro Juan Caballero –PY, os quais alteram a dinâmica do município de forma singular.

Tabela 3 – Renda e Pobreza no ano de 2010

Municípios	Renda per capita \$	% de extremamente pobres	% de pobres	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos
Amambaí	561.14	10.58	20.69	42.85
Antônio João	411.49	11.57	25.93	43.71
Aral Moreira	398.5	11.89	26.82	41.27
Coronel Sapucaia	350.37	16.87	35.06	40.08
Laguna Carapã	536.02	9.45	21.84	39.84
Paranhos	271.52	33.54	52.84	48.71
Ponta Porã	653.36	5.94	16.69	50.05
Sete Quedas	487	9.48	22.79	42.7
Tacuru	367.68	23.07	34.36	46.38

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

O município de Paranhos registrou a menor renda per capita de R\$ 271.52 e maior porcentagem de pobres 52.84% e extremamente pobres 33.54%, e a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos 48.71%. Ao contrário de Paranhos, o município de Ponta Porã registrou a maior renda per capita de R\$653.36, e a menor porcentagem de pobres 16.69% e extremamente pobres 5.94%. Os demais municípios variam entre si, com médias relativamente altas de pobreza e concentração de renda.

4.2 Indicadores socioeconômicos

O desempenho da região de planejamento Sul Fronteira, também é mensurado pela participação do PIB nos setores de atividades dos municípios, conforme mostra a tabela 4 abaixo. Observa-se que o setor que mais contribui para o PIB é do comércio e serviços, com destaque para Ponta Porã e Amambaí, onde esse setor é mais especializado. Apenas em Aral Moreira e Laguna Carapã esse setor teve uma menor participação, onde o setor agropecuário é mais representativo e isso se deve ao forte potencial desses municípios nas atividades agropecuárias.

O segundo setor de maior relevância para região é o agropecuário, devido ao grande potencial produtivo da região e a vasta quantidade de terras cultiváveis, os municípios de maior destaque nesse setor são Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã e Amambaí. O setor industrial possui baixa representatividade na região, sendo ainda muito incipiente, apenas em Ponta Porã e Amambaí ele apresenta maior desempenho, porém apresentando baixa relevância. A limitada presença de indústrias na região Sul Fronteira se deve em medida pela localização de seus municípios, que se encontram sobre a faixa de fronteira. Outros fatores que contribuem são a falta de mão de obra qualificada e de logística. Entretanto existem oportunidades para expansão deste setor na região.

Tabela 4 – PIB da região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2016

Municípios	PIB R\$1.000,00			
	Agropecuária	Indústria	Com. E Serv.	TOTAL
Amambaí	223.198,14	85.748,24	489.420,68	798.367,06
Antônio João	76.641,09	8.172,06	99.227,05	184.040,20
Aral Moreira	255.837,80	21.111,86	237.140,37	514.090,03
Coronel Sapucaia	42.970,42	11.181,56	119.772,01	173.923,99
Laguna Carapã	236.841,57	19.657,96	128.955,92	385.455,45
Paranhos	40.173,33	8.245,88	110.185,18	158.604,39
Ponta Porã	701.332,30	293.466,97	1.351.015,20	2.345.814,47
Sete Quedas	57.409,08	12.353,23	125.378,16	195.141,47
Tacuru	66.644,40	7.049,40	104.755,64	178.449,44

Fonte: SEMAGRO (PIB com Valor adicionado, descontados impostos, 2016).

Os municípios com os melhores desempenhos do PIB são Ponta Porã com 2.345.814,47, Amambaí 798.367,06, seguido de Aral Moreira 514.090,03 e Laguna Carapã com 385.455,45. Os PIB elevados desses municípios são consequência, da grande produção agropecuária e sua maior especialização, nos setores de comércio e serviços que corroboram diretamente para o crescimento do produto interno bruto. Os menores PIB são registrados em Paranhos 158.604,39, Coronel Sapucaia 173.923,99 e Tacuru 178.449,44, decorrentes da sua pequena população, baixo percentual de pessoal ocupado, pouca presença de indústrias e baixa produção agropecuária.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico medida pelo PIB, que analisa o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, o IDH propõe-se a observar o grau de desenvolvimento humano presente em determinado lugar, região, país, etc. Considerando a renda como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim.

Tabela 5 – IDHM da região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2010

Municípios	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM
Amambaí	0.683	0.818	0.546	0.673
Antônio João	0.633	0.799	0.526	0.643
Aral Moreira	0.628	0.798	0.507	0.633
Coronel Sapucaia	0.607	0.806	0.417	0.589
Laguna Carapã	0.676	0.822	0.545	0.672
Paranhos	0.566	0.811	0.444	0.588
Ponta Porã	0.708	0.812	0.598	0.701
Sete Quedas	0.660	0.778	0.450	0.614
Tacuru	0.615	0.782	0.434	0.593

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Muito alto desenvolvimento 0,800 - 1,000

Alto desenvolvimento 0,700 - 0,799

Médio desenvolvimento 0,600 - 0,699

Baixo desenvolvimento 0,500 - 0,599

Muito baixo desenvolvimento 0,000 - 0,499

No ranking brasileiro do IDHM, o estado de Mato Grosso do Sul está na 10ª posição com 0,729, apresentando valor acima da média do Brasil 0,727 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010). Fato que demonstra um alto desenvolvimento, conforme a classificação. Porém ao comparar a média do estado com a região Sul Fronteira 0.634, a mesma é menor, apresentando fragilidades e médio desenvolvimento.

Conforme a tabela 5 nota-se, que o maior IDHM é do município de Ponta Porã 0.701 com alto desenvolvimento, o qual apresenta os melhores percentuais de urbanização, população, emprego, renda e PIB, seguido de Amambaí 0.673 com desenvolvimento médio, e o segundo em concentração populacional, Laguna Carapã 0.672 também com médio desenvolvimento e com o 4º melhor PIB entre os municípios da região Sul Fronteira.

As variáveis, Renda, Longevidade e Educação compõem o IDHM, e mostram o desenvolvimento de cada indicador separadamente dentro dos municípios. Entre eles destaca-se o IDHM Longevidade, em que os residentes apresentam alto e muito alto desenvolvimento, evidenciando melhor qualidade de vida, através da maior longevidade entre seus moradores. No IDHM Educação, tem-se um baixo desenvolvimento em todos os municípios da região. O IDHM Renda apresenta desenvolvimento médio em todos os municípios com exceção apenas de Ponta Porã apresentando desenvolvimento alto.

Os municípios com os menores IDHM e baixo desenvolvimento são Paranhos 0.588, Coronel Sapucaia 0.589 e Tacuru 0.593. Ambos com pouca população ocupada e alta concentração de renda entre os 10% mais ricos e PIB relativamente baixo. Entre os IDHM com desenvolvimento médio estão Antônio João 0.643, Aral Moreira 0.633 e Sete Quedas 0.614 municípios com moderada população ocupada, salário formal e PIB.

Analisando o IDHM da região Sul Fronteira com média de 0.634, pode-se observar um desenvolvimento pouco expressivo, o que demonstra um desenvolvimento longe do ideal. Todos os municípios da região Sul Fronteira têm IDHM menores do que a média do estado reforçando a ideia de que cidades localizadas mais ao interior do país apresentam dificuldades no desenvolvimento humano seja por falta de investimento nos setores econômicos, ou falta de

políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento. Enfrentando problemas de saúde precária, baixos níveis educacionais e baixas médias salariais entre seus habitantes.

O coeficiente de GINI funciona como um termômetro da desigualdade, e consiste em um número entre 0 e 1, quanto menor o índice, menor a desigualdade e quanto maior, mais elevada é a desigualdade. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. A seguir é apresentado o coeficiente GINI da região Sul Fronteira.

Tabela 6 – GINI da região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2010

Municípios	GINI
Amambaí	0.56
Antônio João	0.54
Aral Moreira	0.53
Coronel Sapucaia	0.55
Laguna Carapã	0.53
Paranhos	0.64
Ponta Porã	0.60
Sete Quedas	0.54
Tacuru	0.60
Média	0.57

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

A região apresenta GINI com média de 0,57 o que evidencia uma maior concentração de renda e desigualdade, situação que é refletida da qualidade de vida de sua população. Conforme demonstrado na tabela 6 os municípios com as maiores desigualdades são Paranhos com 0.64, Tacuru e Ponta Porã ambos com 0.60. Os municípios com menores valores de GINI são Aral Moreira e Laguna Carapã ambos com 0.53, porém ainda longe do ideal evidenciando acentuada desigualdade.

O Brasil é reconhecido por estar entre as dez maiores economias do mundo, no entanto, percebe-se um contraste considerável entre seu PIB e a desigualdade. Apesar do mesmo ocupar internacionalmente uma posição de destaque por sua expressividade econômica o Brasil também é destaque com seu elevado índice de desigualdade e concentração de renda, ou seja, a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos é muito significativa. O Brasil apresenta o coeficiente de GINI de 0,60 e o estado de Mato Grosso do Sul 0,56, evidenciando que a concentração de renda é menor em relação ao país. Atualmente Mato Grosso do Sul está entre os estados brasileiros com menor desigualdade social e percentual de pessoas na linha de pobreza, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2019). Porém em relação ao país isso não é observado.

Já ao compararmos a média do estado com a média da região Sul Fronteira, a mesma apresenta um índice mais elevado 0,57 evidenciando uma maior concentração de renda e desigualdade em relação ao estado, condição que é refletida da qualidade de vida de seus habitantes. Embora o estado de Mato Grosso do Sul enquadre-se em índice menor que o brasileiro, na região Sul Fronteira os dados indicam que alguns municípios se incluem na média brasileira e outros até o ultrapassam como o caso de Paranhos com 0,64.

Paranhos é o município que denota maior medida de desigualdade na região Sul Fronteira, classifica-se como a 79ª economia a mais baixa do estado, estando no 74º ranking na educação e com apenas 7,4% de população ocupada (IBGE, 2010). Tacuru é o segundo município com maior desigualdade, classificou-se na 73ª economia do estado, 63º no ranking da educação, possuindo também a menor população ocupada 6,6%. Na renda apropriada pelos 10% mais ricos em 2010 corresponde a 46,38%, apresentando baixos índices em seus indicadores.

Ponta Porã é o terceiro município entre os mais desiguais na região Sul Fronteira, porém seus indicadores são diferenciados, de acordo com suas diversas especificidades, possui a maior população, PIB e IDHM. Classifica-se na 40ª economia do estado, estando em 45º no ranking da educação e com a maior população ocupada da região 15,2%. Porém apresenta indicadores elevados de desigualdade ao possuir 50,5% da renda apropriada pelos 10% mais ricos e GINI de 0,60.

Estes valores representam a significativa desigualdade entre os municípios da região Sul Fronteira, levando em consideração o estado de Mato Grosso do Sul e o Brasil como um todo. Segundo Hoffmann (2010) a curva de Lorenz, utilizada para o cálculo do Índice de GINI, pode subestimar o valor real da desigualdade se as famílias mais ricas são capazes de usar a renda de forma mais eficiente do que as famílias de baixa renda, ou vice-versa. Assim levando em conta esse fator, tem-se a possibilidade que a desigualdade real da região seja ainda mais elevada do que expressa pelo coeficiente de GINI.

Visando sintetizar a análise o IFDM apresenta um panorama do desenvolvimento socioeconômico da região com base nas variáveis de Educação, Saúde, Emprego e Renda. O IFDM difere-se do IDH, pois sua publicação é anual enquanto o IDH é divulgado a cada 10 anos. Seu entendimento é simples: o índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

O IFDM brasileiro corresponde a 0.6678 e o IFDM do estado de Mato Grosso do Sul a 0.6963 ambos apresentando moderado grau de desenvolvimento, onde mais uma vez os indicadores de Mato Grosso do Sul apresentam melhores resultados com relação ao país. Entretanto a média da região Sul Fronteira também é menor neste indicador 0,6026, apresentando fragilidades nas variáveis analisadas.

Tabela 7 – IFDM da região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2016

Municípios	EDUCAÇÃO	SAÚDE	EMPREGO E RENDA	IFDM
Amambaí	0.7436	0.6452	0,4997	0.6295
Antônio João	0.7872	0.5560	0.4535	0.5989
Aral Moreira	0.6637	0.6909	0.5623	0.6390
Coronel Sapucaia	0.6765	0.5818	0.4903	0.5829
Laguna Carapã	0.7079	0.8057	0.5398	0.6845
Paranhos	0.6296	0.5727	0.4730	0.5584
Ponta Porã	0.8038	0.7412	0.4608	0.6686
Sete Quedas	0.7217	0.6338	0.3236	0.5597
Tacuru	0.5968	0.4578	0.4520	0.5022
Média				0.6026

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

Classificação do Índice Firjan de desenvolvimento Municipal - IFDM

Alto desenvolvimento 0,800 - 1,000

Moderado desenvolvimento 0,600 - 0,799

Regular desenvolvimento 0,600 - 0,799

Baixo desenvolvimento 0,000 - 0,399

Conforme demonstrado na tabela 7 acima, podemos observar que os municípios que se destacam na classificação de moderado desenvolvimento no IFDM, são Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira e Amambaí. Já os municípios de Paranhos, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia e Antônio João, apresentam valores mais baixos, classificando-se com regular nível de desenvolvimento. Dentre as variáveis analisadas pelo IFDM a que apresentou a menor média foi Emprego e Renda, com regular desenvolvimento. As variáveis de Educação e Saúde estão classificadas com moderado desenvolvimento. Observa-se que embora o estado de Mato Grosso do Sul esteja se desenvolvendo a índices maiores que a média brasileira, em geral os municípios na região Sul Fronteira não acompanham este nível de desenvolvimento ao apresentar índices menores, com exceção de Laguna Carapã e Ponta Porã.

Sendo assim, salientamos que as questões de desenvolvimento humano vão muito além do escopo dos indicadores, porém eles auxiliam a retratar e mensurar a realidade de um território, além de servir de base para criação de políticas públicas que auxiliem na melhoria das condições de vida de habitantes de determinada região. Segundo (SEN, 2000) A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. Por meio da expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. Contribuindo diretamente para qualidade de vida e seu florescimento, investimentos nas áreas básicas, levam a resultados efetivos e notáveis no desenvolvimento e na qualidade de vida da população no longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos indicadores socioeconômicos é possível conhecer a realidade vivida em uma região, eles auxiliam o poder público e a população a pensar em ações e políticas públicas de investimento e transformação seja no curto, médio ou longo prazo. Apesar da relevância econômica da região de planejamento Sul Fronteira, a mesma demonstra indicadores socioeconômicos baixos apresentando certas disparidades econômicas e sociais, frutos dos baixos índices de desenvolvimento e crescimento.

Os resultados demonstraram o baixo desempenho expresso na região, apesar de ostentar um produto interno bruto acentuado, os dados retratam a grande concentração de renda entre os 10% mais ricos, de 44%. Ao comparar os dados do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil com a região de planejamento sul fronteira percebe-se o menor índice desenvolvimento socioeconômico da região. Quando contraposto à média estadual, verificam-se menores taxas de IDHM, IFDM e GINI elevado. Os municípios que se destacam com melhores indicadores na região são Ponta Porã, Amambaí, Laguna Carapã e Aral Moreira, onde são observados melhores percentuais, porém ainda longe do ideal devido ao grande potencial da região, atualmente pouco aproveitado.

Deve-se entender que os indicadores dissociados entre si não são suficientes para mensurar o desenvolvimento local, porém com a união de indicadores que visem mensurar o desenvolvimento por outras óticas, ambos se tornam complementares e auxiliam em uma compreensão mais profunda e holística do contexto regional, apesar de não expressarem com totalidade as variáveis que compõem o desenvolvimento, uma vez que envolvem particularidades difíceis de serem mensuradas por números. No entanto, esses indicadores são

de grande relevância para o conhecimento e entendimento das realidades vividas neste território.

Ademais, este trabalho visa colaborar para o avanço no entendimento das questões socioeconômicas da fronteira sul mato grossense, auxiliando assim na compreensão do processo de desenvolvimento e crescimento e suas características de complementaridade como forma de traçar políticas, visando reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais. Por fim, como desdobramento deste trabalho propõe-se novos estudos, com a aplicação dessa abordagem nas demais regiões de planejamento para possíveis comparações inter-regionais.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP) pelo apoio e financiamento para o desenvolvimento dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking Estadual** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking> Acesso em: 20.out.2019.
- BABBIE, Earl Robert. 1990. **Survey Research Methods**. 2d ed. Belmont, Calif.: Wadsworth Publishing Company.
- BASSAN, Dilani. Silveira. Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.16, n.29, p. 39-47. jun. 2014.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: BOISIER, S. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.
- CENSO AGRO 2017. **Dados do Censo agropecuário**. Resultados gerais. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html> Acesso em: 10.dez.2020.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].
- ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza**. Editora da Universidade de São Paulo. 1998
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **Entendendo o Índice de GINI**. <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 20.dez.2019.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Divisão Territorial. Acesso em 12.dez.2019.
- LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

- LEWIS, William Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.
- NIEDERLE Paulo André. RADOMSKY Guilherme Francisco W. **Introdução às teorias do desenvolvimento** / organizadores; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/o4XvH> Acesso em: 22 dez.2019.
- ONU. **Desigualdades de renda** – Disponível em <https://bityli.com/tDv3N> Acesso em: 10.mar.2020.
- RAIHER, Augusta. **Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza**. In: Acta Scientiarum. Disponível em: Doi: 10.4025/actascihumansoc.v36i2.24809 Acesso em: 29.dez.2020.
- RIBEIRO Amarolina. Desigualdades regionais do Brasil. **INFOESCOLA**. Disponível em: <https://bityli.com/5Zfdl> Acesso em: 22.dez.2019.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Juliana Anacleto. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero**. Disponível na internet: <https://bityli.com/RjUJm>. acesso em: 20.mar.2020.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982). **Teorias do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural.
- SEMAGRO Secretaria de estado de meio ambiente e desenvolvimento econômico, produção e agricultura familiar. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. Disponível em: <https://bityli.com/jBolb> Acesso em: 20.out.2019.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.
- SEN, Amartya (2001), **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record.
- SIS - **Síntese de Indicadores Sociais** Disponível em: <https://bityli.com/wijMTresultados> Acesso em: 10. jan.2020.

Recebido: 27/07/2020

Aceito: 27/03/2021

Publicado: Agosto de 2021